

Plano de Coimbra aprovado em 15 de maio mantém meios no período mais crítico

19 de Junho, 2018

O Plano Operacional Distrital de Coimbra de combate a incêndios está “aprovado e homologado desde 15 de maio”, mantendo no período mais crítico de fogos um dispositivo semelhante ao dos dois últimos anos, segundo o comandante operacional distrital.

Carlos Luís Tavares referiu, em declarações à Lusa, que o documento foi recentemente apresentado aos presidentes de Câmara do distrito.

Alguns autarcas ouvidos pela Lusa explicitaram que o documento foi apresentado em 07 de junho, no período antes da ordem do dia de uma reunião do conselho da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, entidade que reúne os 17 municípios de Coimbra e ainda Mealhada (distrito de Aveiro) e Mortágua (Viseu).

De acordo com o comandante distrital, o plano foi divulgado aos agentes de Proteção Civil e apresentado ao Centro de Coordenação Operacional Distrital, organismo que faz a articulação entre diversas entidades durante situações de catástrofe e no qual estão representados, entre outras entidades, a PSP, a GNR, o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas e o Instituto Nacional de Emergência Médica.

O plano não foi apresentado publicamente, nomeadamente numa sessão com a presença de órgãos de comunicação social, como indica a Diretiva Operacional Nacional e a exemplo do que sucedeu, em abril de 2017, numa sessão na autarquia de Coimbra, presidida pelo então secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes.

Questionado sobre o documento, Carlos Luís Tavares destacou um “reforço de meios” de combate a incêndios em maio (que duplicaram face ao ano anterior), junho e outubro.

No período mais crítico de incêndios, durante o verão, o dispositivo mantém-se idêntico a 2016 e 2017, com 289 bombeiros, 62 veículos e 125 sapadores florestais, três helicópteros ligeiros e 19 postos de vigia.

“O dispositivo mantém-se porque já estava maximizado”, justificou Carlos Luís Tavares.

Antigo comandante dos Bombeiros Voluntários de Soure, Carlos Luís Tavares assumiu funções como comandante distrital de Coimbra há cinco anos, em junho de 2013.

A Diretiva Operacional Nacional, que define o Dispositivo Especial de Combate aos Incêndios Rurais, indica que os planos operacionais distritais deveriam

ser publicamente apresentados até 14 de maio, o que aconteceu apenas em Leiria, não havendo na altura uma data anunciada na maioria dos distritos.

“Até 14 de maio deve realizar-se em cada distrito uma sessão pública de apresentação do plano operacional distrital”, da responsabilidade do respetivo comandante, e “nestas sessões serão convidadas todas as entidades que concorrem para a defesa da floresta contra incêndios e os órgãos de comunicação social”, refere o documento.

Depois dessa data, foram divulgados já vários planos distritais de combate aos fogos, embora nem todos tenham sido apresentados em sessões públicas como determinado na diretiva.